



A INVIOABILIDADE DAS COMUNICAÇÕES

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Brenda Batista De Souza Barbosa

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O princípio da Inviolabilidade das comunicações, que consta no ordenamento jurídico brasileiro, no Inciso XII do Art. 5º da CF/88. Neste inciso é consagrado o direito de sigilo/inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas. Além disso esse inciso contém uma aplicabilidade imediata e direta, mas de alcance restringível como consta no conteúdo do inciso. A proteção do art. 5º, XII, da CF/88 restringe-se ao sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas, não abrangendo os dados armazenados em dispositivos eletrônicos. Um exemplo são as verificações dos policiais de mensagens indicativas de envolvimento no crime de roubo que não configuram interceptação telefônica ou quebra de sigilo de dados

Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar o Inciso XII do Artigo 5º da Constituição Federal/88 observar princípio da Inviolabilidade das comunicações, sua aplicabilidade, e limitações.

Material e Métodos

Para alcançar este objetivo, realizou-se uma pesquisa jurisprudencial sobre o tema. Foram consultadas fontes legais e jurisprudenciais tentando a relação do princípio da inviolabilidade da comunicação com o inciso XII do Art. 5º da CF/88.

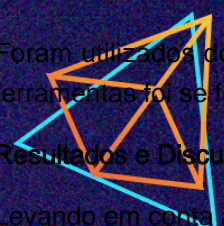
Foram utilizados documentos bibliográficos, sites de internet, a constituição federal brasileira atual e com essas ferramentas foi se feita uma análise do artigo 5º inciso XII da CF/88.

Resultados e Discussão

Levando em conta as limitações e exceções do inciso em relação a sua aplicabilidade, seu alcance é restringível, porque poderá haver a quebra de sigilo durante o estado de defesa ou de sítio. Além disso a interceptação telefônica só poderá ser autorizada pelo



3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera



judiciário nos casos previstos em lei.

A proteção do art. 5º, XII, da CF/88 restringe-se ao sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas, não abrangendo os dados armazenados em dispositivos eletrônicos. Um exemplo são as verificações dos policiais de mensagens indicativas de envolvimento no crime de roubo que não configuram interceptação telefônica ou quebra de sigilo de dados.

Conclusão

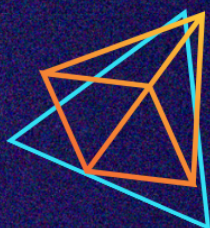
Ademais, o Inciso XII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, reforça o princípio da Inviolabilidade da comunicação que é um direito fundamental do cidadão brasileiro, mas que em seu conteúdo também é levado em conta supostas necessidades judiciais como uma quebra de sigilo da comunicação em casos excepcionais.

Referências

Relatora: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 2/3/2023, publicado no DJE: 6/3/2023.

Supremo Tribunal Federal, STF valida repasse de dados telefônicos, sem autorização judicial, para investigação de crimes graves.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera